

PROTOCOLO	INDICAÇÃO	Nº 11150/25

AUTOR: DEP. DELEGADO CAMARGO - REPUBLICANOS

Indica ao Chefe do Poder Executivo Estadual, extenso ao Secretário-Chefe da Casa Civil, e a Secretaria de Estado de Saúde - SESAU, a necessidade de fornecimento ao acesso gratuito à rede de comunicação de dados sem fio — WI-FI, aos usuários e acompanhantes no hospital público do Município de Cacoal, estado de Rondônia.

O Parlamentar que subscreve, nos termos do artigo 146, VII c/c 188 do Regimento Interno, indica ao Chefe do Poder Executivo Estadual, extenso ao Secretário-Chefe da Casa Civil, e ao Secretaria de Estado de Saúde, a necessidade de fornecimento ao acesso gratuito à rede de comunicação de dados sem fio – WI-FI, aos usuários e acompanhantes no hospital público do Município de Cacoal, estado de Rondônia.

Por meio do ofício nº 24773/2023/SESAU-CTI, em resposta a indicação nº 175/2023, a SESAU informou que foi instalado roteadores nos hospitais de Cacoal, para que pacientes e acompanhantes tivessem acesso a rede de internet via Wi-fi, conforme demonstra o relatório fotográfico sob nº 0039583317, em anexo.

Desta forma, mediante ao interesse público da matéria, necessário saber:

- a) O serviço está sendo disponibilizado aos usuários dos hospitais localizados no município de Cacoal?
- b) Há algum impedimento na disponibilização do serviço?
- c) Os aparelhos instalados em 2023 estão apresentando alguma falha ou inconsistências? Se sim, já foi providenciado o conserto ou manutenção?

Plenário das Deliberações, 31 de janeiro de 2025.

DELEGADO CAMARGO

Deputado Estadual – Republicanos





Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.						
PROTOCOLO	INDICAÇÃO	N°				
AUTOR: DEP. D	ELEGADO CAMARGO - REPUBLICANOS					
JUSTIFICATIVA						
	GOVERNO DO ESTADO DE RONDÓNIA GOVERNO DO ESTADO DE RONDÓNIA Secretaria de Estado da Saúde - SESAU Ofício nº 24773/2023/SESAU-CTI A sua Excelência, o Senhor José Gonçalves da Silva Júnior Secretario Chefe da Casa Civil Avenida Farqua, 2986 - Bairro Pedrinhas Palácio Rio Madeíra - Edifício Pezaás Novas, 7º andar 76.801-470 Porto Velho - RO Assunto: Indicação Parlamentar 175/2023 Senhor Secretário, Ao cumprimentá-lo cordialmente, em primeiro lugar nossas escusas. Vimos por meio deste, informar a Vossa Senhoria sobre a demanda contida no Ofício 175/2023 SESAU - DELEGADO CAMARGO (0036733389), e, ao mesmo tempo em resposta ao Despacho 0037101814, bem como o Despacho 00388953573 informar o seguinte: I- Inicialmente no Ofício 12340 (0037359348) onde nos foi concedido prazo de 60 (sessenta) días para conclusão da Indicação Parlamentar 175/2023, e posteriormente no Ofício 21950 (0039081752) solicitamos a conclusão para a data de hoje, ou seja, 30.06.2023. II- Como se observa com os Relatórios Fotográficos Relatório Fotográfico Roteadores HEURO (0039598396), Relatório Fotográfico Roteadores Sao Foc Guapore (0039583126), e Relatório Fotográfico Roteadores Sao Foc Guapore (0039583126), e Relatório Fotográfico Roteadores Sao Foc Guapore (0039591164) e Relatório Fotográfico Roteadores POC Pvh (0039593189), Relatório Fotográfico Roteadores HEURO (0039591164) e Relatório Fotográfico Roteadores Cemetron Pvh (0039591189), foram concluídas as respectivas instalações. Em face das informações acima, damos por concluida de forma satisfatória a indicação do llustre Parlamentar Deputado Delegado Camargo, no que tange a disponibilizar wi-fi aos pacientes e acompanhantes. Na certeza de contarmos com a atenção de Vossa Excelência, subscrevemo-nos com especial estima e consideração.					





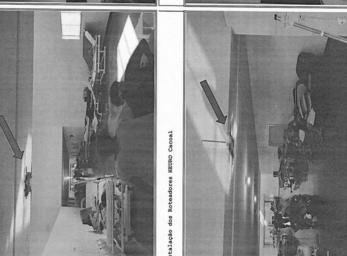
INDICAÇÃO

Nº

AUTOR: DEP. DELEGADO CAMARGO - REPUBLICANOS











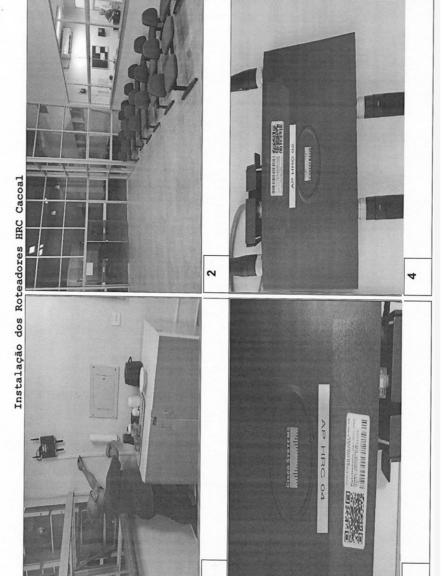
PROTOCOLO

INDICAÇÃO

Nº

AUTOR: DEP. DELEGADO CAMARGO - REPUBLICANOS

LDV-RO







PROTOCOLO		INDICAÇÃO	N°	
ALIEON DED DELEGADO GALLADOO DEDINATION				

AUTOR: DEP. DELEGADO CAMARGO - REPUBLICANOS

Excelentíssimo Governador,

Chegou ao conhecimento deste gabinete parlamentar relatos que usuários do sistema de saúde no município de Cacoal não estão conseguindo usar a rede de internet através do WI-FI, tanto os pacientes quantos os acompanhantes, sendo que esse serviço foi satisfatoriamente atendido por meio do ofício nº 24773/2023/SESAU-CTI, em resposta a indicação nº 175/2023.

Dito isso, é pertinente os questionamentos apresentados com o objetivo de compreender o presente cenário, e empreender esforços para solucionar a problemática.

O acesso à informação e os pedidos de providências são instrumentos essenciais para fiscalizar e avaliar as políticas públicas implementadas pelo Poder Público e suas concessionarias.

Como membro da Comissão de Fiscalização e Controle, amparado no artigo 28, § 2°, inciso II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, para elucidação de qualquer matéria sujeita ao seu estudo, poderá requerer a realização de diligências.

Neste sentido, ao fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluindo os da Administração Indireta, bem como estendendo-se às concessionárias prestadoras de serviços públicos, este Parlamentar está cumprindo com suas funções típicas após eleito.

A Constituição do Estado de Rondônia, nos incisos XVIII e XXXIV do artigo 29, acrescidos pela Emenda Constitucional nº 24 de 04 de março de 2012, atribui a competência privativa à Assembleia Legislativa, conforme descrito abaixo:

XVIII - **Fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo**, inclusive os da administração indireta;

XXXIV - Encaminhar ao Governador do Estado pedido por escrito de informação sobre fato relacionado com matéria legislativa em tramitação **ou sobre fato sujeito à fiscalização da Assembleia**, importando crime de responsabilidade o não atendimento no prazo de dez dias.

Por sua vez, o artigo 46 da Constituição Estadual dispõe:

Art. 46. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, **operacional** e **patrimonial** do Estado e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade e publicidade na aplicação das subvenções





	Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.					
	PROTOCOLO			INDICAÇÃO	N°	
	AUT	OR: DEP. DEL	EGADO CAMARGO - REPUBI	LICANOS		
	e renúncia de receitas, será exercida pela Assembleia Legislativa mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público do Estado.					
		O Regimen	nto Interno da Assembleia Legislat	iva, no artigo 146, destaca que:		
/ /	Art. 146. Proposição é toda matéria submetida à deliberação da Assembleia, a saber: () VII - Indicação;					
	O Regimento Interno ainda dispõe que a indicação é a proposição pela qual o Deputado ou Comissão solicita providências, nos termos do art. 188:					
		Art. 188. Indicação é a proposição em que são solicitadas medidas de interesse público, cuja iniciativa legislativa ou execução administrativa seja de competência privativa do Poder Executivo, do Judiciário ou de outros órgãos da Administração Direta e Indireta. (RE nº 145/2007).				
	Assim, é prerrogativa do Parlamentar a fiscalização, o acompanhamento e o controle das ações do Poder Executivo Estadual, tendo em vista o consagrado princípio do interesse público, com vistas a assegurar a qualidade e eficiência dos serviços prestados aos cidadãos.					



AUTOR: DEP. DELEGADO CAMARGO - REPUBLICANOS







INDICAÇÃO N°

AUTOR: DEP. DELEGADO CAMARGO - REPUBLICANOS

